

EDUCAR COMO ARTE DE GOVERNAR

Alfredo Veiga-Neto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Karla Saraiva
Universidade Luterana do Brasil

Resumo

Este artigo tem o objetivo de apresentar a seção temática *Educar como arte de governar*, que será composta por mais oito outros artigos que se propõem a discutir questões atuais e relevantes para a educação contemporânea à luz dos conceitos foucaultianos de governo e governamentalidade. Inicia-se o artigo mostrando de modo sucinto a gênese desta proposta, para depois oferecer aos leitores uma visão panorâmica da obra de Michel Foucault, focando, interessadamente, nos conceitos que servem como fio condutor entre os trabalhos. A discussão aqui apresentada busca equilibrar fundamentos do pensamento do filósofo com aportes teóricos mais avançados, que se apoiam em publicações recentes de alguns de seus cursos inéditos, bem como no trabalho que alguns pesquisadores do campo educacional vêm desenvolvendo nos últimos anos. O artigo finaliza com um breve comentário sobre os outros artigos que compõem a seção temática.

Palavras-chave: governamentalidade, governo, Foucault, Educação.

EDUCATING AS ART OF GOVERNING

Abstract

This paper aims to present the thematic section *Educate as art of governing*, which will consist of eight other items that propose to discuss current and relevant questions to contemporary education in the perspective of foucaultian concepts of governance and governmentality. The article begins by showing briefly the genesis of this proposal, and then give readers an overview of Michel Foucault's work, interested focused in concepts that serve as a conducting wire among the other papers. The discussion presented here seeks to balance fundamentals of the philosopher thought with more advanced theoretical contributions, relying on recent publications of some of his unpublished courses, as well as on papers that some researchers of educational field have been developing in recent years. The article concludes with a brief commentary on other items that make up the thematic section.

Keywords: governmentality, government, Foucault, Education.

As teorizações de Michel Foucault têm sido de grande relevância para a pesquisa no campo da Educação, permitindo desenvolver trabalhos com abordagens que, em geral, se diferenciam pelo seu potencial de crítica radical ao presente. Observando-se o cenário acadêmico atual, constata-se um número crescente de produções de inspiração foucaultiana. Desses estudos vem resultando uma literatura que, apesar de ainda pouco extensa, tem uma importância difícil de superestimar. No Brasil, alguns (poucos) pesquisadores estão contribuindo com pesquisas educacionais a partir dessa perspectiva. Nesse sentido, por exemplo, vão as produções do *Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e Pós-modernidade* (GEPCPós), liderado por Alfredo Veiga-Neto. Criado em 2002, o GEPCPós vem sistematicamente promovendo encontros, realizando pesquisas, trocando experiências interinstitucionais e ministrando Seminários Avançados, tendo como eixo principal justamente aquelas transformações sociais, em suas conexões com o mundo da educação (especialmente escolar), na maioria das vezes tomando os Estudos Foucaultianos como matriz de inteligibilidade. Isso nos levou a uma produtiva interlocução, em âmbito nacional e internacional, com vários colegas cujo trabalho acadêmico têm alimentado nossas próprias pesquisas. As discussões e produções do GEPCPós estão na gênese da concepção desta seção temática.

Voltando ao quadro de pesquisas com inspiração foucaultiana, observa-se que alguns trabalhos desenvolvidos a partir dessas teorizações utilizam em suas análises aquele que se convencionou chamar de o “Foucault da arqueologia” ou o “Foucault do ser-saber”. A partir desse “primeiro Foucault” continuam sendo produzidos – principalmente pelas obras *As palavras e as coisas* (Foucault, 1966) e *A arqueologia do saber* (Foucault, 1969) – importantes estudos educacionais.

Contudo, sem desconsiderar o que muitos fizeram e continuam fazendo, devemos reconhecer que foram principalmente os seus estudos genealógicos, que compõem o “segundo Foucault”, que têm sido tomados como a principal referência para pesquisas em Educação que utilizam as teorizações foucaultianas. Foi com a publicação de *Vigiar e Punir* (Foucault, 1975) que o pensamento e a obra histórica e filosófica de Michel Foucault mostraram-se especialmente produtivos para a prática e a teorização no campo educacional. Foi nessa fase que ele esteve mais envolvido em compreender como, na Modernidade, nos tornamos sujeitos no interior das relações de poder. Resultam daí inúmeros estudos históricos, sociológicos e pedagógicos sobre a educação e a escola na Modernidade e na Contemporaneidade.

É a partir do domínio do ser-poder foucaultiano que foi possível entender que a escola moderna funcionou como principal dispositivo para disciplinar os corpos (Varela; Uría, 1992), docilizando-os e dando-lhes uma utilidade que tornou possível a consolidação do capitalismo industrial. Na Modernidade, a escola tornou-se a mais generalizada instituição de sequestro, sendo sua ação muito mais decisiva para a constituição das sociedades disciplinares do que outras instituições tais como a prisão, o exército, o hospital ou a fábrica.

Ainda que se observe até hoje um privilégio das teorizações do “segundo Foucault” nas pesquisas educacionais, sinalizamos a crescente produção acadêmica a partir do “Foucault da ética”. Desde meados da última década do século XX, aumenta o número

de investigações que se preocupam em analisar as tecnologias do eu mobilizadas nas e pelas práticas pedagógicas. Algumas dessas produções tomam o domínio da ética como instrumento articulador de análises e problematizações de relações do ser-consigo em que os sujeitos pedagógicos encontram-se envolvidos (Larrosa, 1994; Silva, 1994; Veiga-Neto, 2006).

Nos últimos anos, o acervo de obras foucaultinas disponíveis para aqueles que se interessam pelos esses estudos vem crescendo com a publicação das transcrições dos cursos que ele ministrou no *Collège de France*, na segunda metade da década de 1970. Entre esses cursos, foram especialmente importantes aqueles de 1977-1978 – *Segurança, Território, População* (Foucault, 2008a) – e de 1978-1979 – *Nascimento da Biopolítica* (2008b). Eles oferecem-nos outras maneiras de compreender a racionalidade política moderna e suas implicações sociais e proporcionam um novo instrumental para compreender as amplas, profundas e rápidas transformações sociais que estamos vivendo nas últimas décadas. Com isso, podemos adicionar novos instrumentos à caixa de ferramentas foucaultiana, potencializando os estudos desenvolvidos nessa vertente.

Tais cursos delineiam com mais clareza aquilo que já podia ser percebido no curso de 1975-1976, *Em Defesa da Sociedade* (Foucault, 1999), e no primeiro volume de *História da Sexualidade – A Vontade de Saber* (Foucault, 2001): a existência do que se poderia chamar, de forma um tanto jocosa, de um “Foucault dois e meio”. Ou seja, uma parte da obra de Foucault que continuaria trabalhando no domínio do poder-saber, mas focando outros modos de exercício do poder diferentes daquele da disciplina, e que acabou por permitir o encaminhamento do pensamento do filósofo para o domínio da ética. A principal marca desse domínio da obra foucaultiana seria o conceito de governamentalidade, associado com as noções de biopoder e de dispositivos de segurança.

É, ainda, por meio da governamentalidade que os cursos de 1977-1978 e 1978-1979 nos permitem compreender melhor a passagem do “segundo Foucault” para o “terceiro Foucault”. Aonde parecia haver um corte, uma descontinuidade entre esses domínios, pode-se ver agora uma continuidade, uma ponte cujos alicerces apóiam-se nas “coisas do governo”¹. Ao permitir esse entendimento, o valor da publicação desses cursos não estaria apenas (o que já não seria pouco...) nos novos instrumentos de pesquisa que nos proporcionam. A isso, vem-se somar uma melhor compreensão da construção da obra desse autor, permitindo apreender de modo mais claro a razão de seu recuo histórico até a Antiguidade Clássica e o correlato deslocamento temático para o domínio do ser-consigo (Veiga-Neto, 2006).

A introdução do estudo das relações do ser consigo, por meio das quais o sujeito governa a si mesmo, pode ser entendida como resposta a um problema percebido por Foucault. À medida que o filósofo aprofundava suas pesquisas sobre as práticas de governo² modernas, compreendia que a ideia de condução das condutas dos outros não era capaz de dar conta por si própria de descrever e explicar como e porque as subjetividades eram transformadas, as condutas eram alteradas. Ele percebeu que essas “coisas do governo” funcionavam bem para descrever, examinar, analisar e problematizar outros modos pelos quais alguém se torna um sujeito; outros modos que

não somente aqueles que havia tematizado até então, fosse arqueologicamente — no domínio do ser-saber —, fosse genealógicamente — no domínio do ser-poder-disciplinar e do ser-biopoder. Foi, assim, que promoveu uma guinada no seu trabalho, levando suas investigações até as práticas de governo de si na Grécia Antiga. Realizou, então, um exercício genealógico cujo fôlego ultrapassou bastante o que até então vinha fazendo.

Dessa maneira, ficam mais claras as palavras com que o próprio filósofo, no famoso texto de 1982 (Foucault, 1995, p.231), explicou “o objetivo do [seu] trabalho nos últimos vinte anos”. Diferentemente do que muitos afirmavam — e, equivocadamente, continuam afirmando... —, o principal objetivo de Foucault “foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (id.). Em suma, foi no quase-esgotamento dos seus estudos acerca dos processos de governo, enquanto condução das condutas alheias — que objetificam aqueles que são conduzidos —, que o filósofo se lançou ao estudo dos “modos pelos quais um ser humano torna-se um sujeito” (id.); e, se quisermos, poderemos complementar: um sujeito de si mesmo, por si mesmo e para si mesmo...

Mas, retomando a questão da governamentalidade, cabe aqui mostrar como esse conceito vem sendo entendido. O próprio Foucault faz um primeiro exercício de definição na aula 4ª aula do Curso *Segurança, Território, População* (Foucault, 2008a), de 1º de fevereiro de 1978, quando apresenta não um, mas três modos de significar esse termo inventado por ele. Em todas essas definições, percebe-se uma ênfase em relações de poder, em tecnologias de dominação. Posteriormente, quando sua produção já estava instalada privilegiadamente no domínio da ética, reformula a noção de governamentalidade, mostrando um entendimento de que seria o ponto de encontro entre técnicas de dominação sobre os outros e técnicas de si. Ou seja, na governamentalidade se fundem a dimensão política com a dimensão ética (Ó, 2009). Ou, conforme Fimyar (2008, p.4):

[...] a governamentalidade pode ser descrita como o esforço de criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de *controle*, *normalização* e *moldagem* das condutas das pessoas. Portanto, a governamentalidade enquanto conceito identifica a relação entre o governo do Estado (política) e o governo do eu (moralidade), a construção do sujeito (genealogia do sujeito) com a formação do Estado (genealogia do Estado).

Com a governamentalidade, tomada como uma ferramenta analítica, ressignificamos alguns fenômenos atuais. Com ela, os sentidos de alguns termos amplamente utilizados e, algumas vezes, já desgastados no campo das Ciências Humanas – tais como *globalização*, *flexibilização*, *liberalismo* e *neoliberalismo*, *capitalismo industrial* e *capitalismo cognitivo*, *inclusão* – são transformados. O conceito de governamentalidade, desde que foi proposto por Foucault, vem se mostrando versátil e profícuo, tendo sido utilizado por diversos autores em diferentes

campos, como na Educação, na Comunicação, na Sociologia, no Direito, na História e na Ciência Política. Não bastasse o grande número de trabalhos fomentados pelo uso desse conceito, na sua esteira foram propostos alguns outros bastante úteis para a pesquisa nas Ciências Humanas, tais como *governo da alma* (Rose, 1989), *sociedade de risco* (Beck, 1996; O'Malley, 1996), *conduta da conduta* (Dean, 1999), *Império* (Hardt; Negri, 2003) e *noopolítica* (Lazzarato, 2006).

Esses significados atribuídos à governamentalidade apontam para uma ampla gama de pesquisas no campo da Educação que podem ser desenvolvidas utilizando esse(s) conceito(s) como uma lente teórico-metodológica. A partir da noção de governamentalidade é possível, por exemplo, compreender melhor a razão que levou os Estados modernos a tomarem a educação escolar como uma instituição privilegiada, concedendo especial atenção ao estabelecimento de seus objetivos e de suas formas de funcionamento. Conforme um de nós argumentou há quase uma década (Veiga-Neto, 2000), pode-se dizer que a escola coloca-se na interseção entre o jogo do pastor e o jogo da cidade (Foucault, 1988, 2006). Inteiramente afinada com a racionalidade política moderna, ela totaliza, ao mesmo tempo que individualiza; isso é, se por um lado a escola constitui individualidades singulares, criando subjetividades que se pensam únicas e indivisíveis, ela também cria posições de sujeito subordinadas a um todo social, fora das quais cada sujeito nem mesmo faz sentido. Sem esse tipo de posicionamento, cada indivíduo nem mesmo poderia ser pensado ou pensar em si mesmo como um sujeito (*sujeito de e assujeitado a*). A governamentalidade é a dobradiça que nos permite mostrar uma articulação entre a genealogia do Estado e a genealogia do sujeito moderno.

Esse conceito também contribui para a compreensão de alguns deslocamentos e da emergência de certos acontecimentos que hoje observamos na educação contemporânea e, em particular, no cenário escolar. Apesar das intensas transformações atuais, que acabam por também envolver a escola, promovendo uma sensação de desencaixe entre essa instituição e a sociedade, não devemos subestimar a importância da educação escolar hoje. A nossa época, mais do que em qualquer outro momento na história humana, parece ser cada vez mais regulada pela representação cultural e pelo imaginário, a “espetacularização”, o risco e o controle sociais; e, mais do que qualquer outro espaço institucional, a escola parece ainda ser o *locus* em que tudo isso se combina em poderosos processos de subjetivação. A partir da governamentalidade e seus deslocamentos recentes para uma racionalidade neoliberal, pode-se entender, por exemplo, o crescimento das avaliações governamentais, tais como Enem e Enade, as transformações das propostas pedagógicas, as novas diretrizes para formação de professores.

Em suma, pode-se dizer que com o(s) conceito(s) de governamentalidade abrem-se novas e desafiadoras frentes para a história e para a descrição, análise e problematização do presente. Apesar do expressivo número de textos que se utilizam da governamentalidade nas suas teorizações e que hoje circulam nos meios editoriais internacionais – na forma de artigos científicos, livros, teses e relatórios de pesquisa –, ainda há muito por fazer. Isso é tão mais verdadeiro em um país como o Brasil. Por um lado, não apenas tais discussões parecem ainda se colocar um tanto fora da ordem do

discurso pedagógico corrente entre nós. Por outro lado, a nossa realidade social, econômica, cultural, educacional etc. tem características bastante distintas daquelas próprias dos países nos e para os quais a governamentalidade foi pensada e está sendo tematizada.

Esta seção temática foi organizada, primeiramente, para dar visibilidade a algumas produções – tanto de pesquisadores pertencentes ao nosso grupo de pesquisa, quanto de outros pesquisadores – no campo da pesquisa educacional que utilizam a governamentalidade como principal ferramenta de análise. São textos que problematizam diversas questões atuais tomando como referencial para suas análises as últimas teorizações foucaultianas. São, na sua maioria, trabalhos inéditos desenvolvidos por estudiosos ligados a universidades brasileiras, bem como um trabalho, também inédito, de um pesquisador da Universidade de Antioquia (Colômbia). Além disso, pareceu-nos oportuno juntar a esses trabalhos a tradução de um artigo, produzidos por pesquisadores da Universidade de Louvain (Bélgica), publicado originalmente em inglês, por entender que sua circulação em língua portuguesa seja uma oportunidade de mais pesquisadores se aproximarem e tirarem proveito para suas pesquisas das análises que lá estão e que julgamos de grande relevância.

Nosso propósito, com a organização desta seção da Revista *Currículo sem fronteiras*, é provocar seus leitores e leitoras, instigando-os a pensar de outro modo suas práticas de educadores e de pesquisadores. Parece-nos que a leitura dos artigos aqui apresentados permitirá aprofundar a compreensão do conceito de governamentalidade e avaliar de modo mais acurado sua potencialidade como ferramenta de pesquisa educacional. A partir desse conceito, é possível teorizar sobre infinidade de práticas: da educação infantil à educação a distância; das políticas públicas ao funcionamento das instituições escolares; da formação de professores à educação por toda vida; das tecnologias digitais ao trabalho docente. Por meio das noções de governamentalidade liberal e neoliberal pode-se perceber o entrelaçamento das mais ínfimas práticas pedagógicas com a racionalidade política, ampliando a rede que conecta as investigações nesse campo.

Esta seção temática contém oito artigos. Conforme já comentamos antes, sete deles são inéditos e foram escritos especialmente para este número da revista e um último é tradução de uma produção originalmente publicada em língua inglesa.

Os dois primeiros artigos operam articulando os conceitos de inclusão e governamentalidade, a partir de diferentes enfoques. No primeiro artigo, *Inclusão, reclusão e Educação*, Karla Saraiva e Maura Corcini Lopes propõem-se a analisar a aparente contradição de uma sociedade que se apresenta como tendo a inclusão entre suas principais preocupações ao mesmo tempo em que faz crescer exponencialmente o número de excluídos do espaço social por penas de reclusão, mostrando como a escola se coloca entre a inclusão social e a exclusão carcerária.

O artigo seguinte, *Educadores especiales en la Educación inclusiva*, de Alexander Yarza de los Rios, tomando a Educação inclusiva como uma estratégia para governar os indivíduos e a população, mostra como o Estado colombiano visibiliza/nominaliza as populações vulneráveis para ativar sua inclusão no sistema escolar, marcando divisões e

restabelecendo as fronteiras entre o normal y o anormal em nossa sociedade. O artigo também mostra como o gerenciamento educativo ordena, hierarquiza e orienta os discursos/práticas da educação inclusiva.

Edson Passetti, no artigo *Governamentalidade e violências*, convida-nos a pensar sobre governamentos que se dão por meio de uma Educação fundada no castigo. A partir do argumento de que a vida na sociedade de controle estaria sob um crescente regime de punição, fazendo aparecer um campo de concentração a céu aberto acompanhado de monitoramentos sobre o cidadão e contando com a participação consensual do mesmo, coloca-nos a questão de como lidar com os efeitos de uma governamentalidade que inibe a resistência.

Já no quarto artigo, *Do biopoder à governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder*, Antonio Maia apresenta uma retomada das teorizações foucaultinas sobre o poder, mostrando a emergência e articulação do poder disciplinar e do biopoder e sua capital importância na constituição das sociedades modernas, seguindo-se uma problematização sobre a governamentalidade e sobre a produtividade para as pesquisas ora em desenvolvimento.

O próximo artigo toma a governamentalidade como uma articulação das técnicas de dominação com as técnicas de si, apontando questões éticas que poderiam funcionar como estratégias de resistência na atualidade. Em *Governo de si, cuidado de si*, Vera Portocarrero analisa a transformação do sujeito por meio do cuidado de si, entendido como uma ação de autogoverno. A autora apresenta essa transformação como uma busca ética, proposta como forma de resistência política, e a considera como uma tarefa que hoje deveria ser assumida com urgência pela educação.

Karyne Coutinho e Luís Henrique Sommer deslocam-se do presente, para pensar algumas descontinuidades da arte de governar no campo da Educação. Em *Formação de professores: arte de governar as ações docentes*, os pesquisadores tomam como foco de análise a formação de professores nas décadas de 1920 e 1930, no intuito de mostrar uma mudança de ênfase dos dispositivos disciplinares para os dispositivos de seguridade. Essa mudança poderia ser percebida nos esforços de substituir uma organização escolar tradicional por outra de inspiração escolanovista.

Também no sentido de compreender as transformações da governamentalidade ao longo do tempo, Dora Marin, no artigo *Natureza infantil e governamentalidade liberal*, discute a emergência de um certo modo de pensar a infância na Modernidade e mostra que a educação produzida para esses infantis constituía-se em uma estratégia para governá-los.

Fechando esta seção temática, *Sociedade da aprendizagem e governamentalidade: uma introdução*, dos pesquisadores da Universidade de Louvain Jan Masschelein e Maarten Simons, propõe-se a traçar uma cartografia da sociedade de aprendizagem, à luz do conceito de governamentalidade. Uma cartografia que não tem por objetivo nos mostrar caminhos seguros, mas sim ajudar a nos perder e a libertar nosso olhar.

Notas

¹ Aqui é possível estabelecer uma ressonância com as discussões desenvolvidas por um de nós (Veiga-Neto, 2002).

² Utilizamos o termo governo para diferenciar da instituição Governo (Governo do Estado, da nação, etc.). Para uma melhor compreensão dessa problemática, ver Veiga-Neto (2002).

Referências

- BECK, Ulrich. Teoría de la Sociedad del Riesgo. In: GIDDENS, Anthony et alii. *Las consecuencias perversas de la Modernidad*. Barcelona: Anthropos, p.201-222, 1996.
- DEAN, Mitchell. *Governmentality: power and rule in modern society*. London: Sage, p. 9-27, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*. Une archéologie des sciences humaines. Paris: Gallimard, 1966.
- FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- FOUCAULT, Michel. *Surveiller et Punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.
- FOUCAULT, Michel. *Politics, Philosophy, Culture: interviews and other writings, 1977-1984*. (Ed. Lawrence Kritzman). New York: Routledge, 1988.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel *Foucault: uma trajetória filosófica* (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Trad. Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.231-249, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade, v.1 – A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- FOUCAULT, Michel. Omnes et singulatim: vers une critique de la raison politique. In: _____. *Dits et écrits IV (1980-1988)*. Paris: Gallimard, p.134-161, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. São Paulo : Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. São Paulo : Martins Fontes, 2008b.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- KENDALL, Gavin; WICKHAM, Gary. *Using Foucault's Methods*. London: Sage, 1999.
- LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz (org.). *O sujeito da Educação: olhares foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- Ó, Jorge Ramos do. A governamentalidade e a história da escola moderna: outras conexões investigativas. *Educação & Realidade*, v.34, n.2, Porto Alegre, p.97-118, 2009.
- O'MALLEY, Pat. Risk and responsibility. In: BARRY, Andrew; OSBORNE, Thomas; ROSE, Nikolas (ed.). *Foucault and political reason: liberalism, neo-liberalism and rationalities of government*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996. p.189-207.
- ROSE, Nikolas. *Governing the soul. The shaping of the private self*. London: Routledge, 1989.
- SILVA, Tomaz. *O Sujeito da Educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- VARELA, Julia; AVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria & Educação*. Porto Alegre, n.6, p.68-96, 1992.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (org.). *Retratos de Foucault*. Rio de Janeiro: NAU, p.179-217, 2000.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L.; VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, p.13-34, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Michel Foucault e a Educação*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

Correspondência

Alfredo Veiga-Neto – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.
E-mail: alfredoveiganeto@uol.com.br

Karla Saraiva – Professora da Universidade Luterana do Brasil, ULBRA, Brasil.
E-mail: karlasaraiva@via-rs.net

Texto publicado em *Currículo sem Fronteiras* com autorização dos autores.
